

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.514 - SP
(2019/0265905-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : SHIRLEY APARECIDA FRANZONI PESCUOMO
EMBARGANTE : FERNANDA FRANZONI PESCUOMO
EMBARGANTE : TALLES FRANZONI PESCUOMO
ADVOGADOS : ROSEMBERG JOSE FRANCISCONI E OUTRO(S) - SP142750
SALVADOR FERREIRA DE SOUSA JUNIOR - SP383602
EMBARGADO : JOSE ERALDO DONADEL
EMBARGADO : ROSELI SIMIONATO DONADEL
ADVOGADO : FABIANA DEL FABBRO - SP321408
INTERES. : MARIA CELMA SIQUEIRA BRAGA
INTERES. : CECI SIQUEIRA BRAGA
ADVOGADOS : ALEX BITTO - SP183795
JOÃO HENRIQUE RODRIGUES DE CAMARGO - SP188736

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SHIRLEY APARECIDA FRANZONI PESCUOMO e outros, contra a decisão de fls. 510-515, e-STJ, que negou provimento ao seu agravo em recurso especial, por entender que a modificação do acórdão recorrido esbarraria na incidência da Súmula 7/STJ.

Os embargantes repisam o mérito do recurso especial, afirmando que "Conforme devidamente detalhado no recurso interposto, a gravidade do vício se revela, simplesmente – dentre outros pontos – na própria distribuição equivocada do ônus da prova, já que, além de exigir dos Embargantes que produzissem prova que era de responsabilidade dos Embargados, tais decisões ainda culpam os primeiros por não fazer prova de fato negativo – o que, como se sabe, é impossível" (fls. 517-518, e-STJ).

Impugnação apresentada.

Relatados, passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis quando há omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada, o que não se verifica na espécie.

Em verdade, verifica-se que os embargantes pretendem o rejugamento da causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, é recurso de fundamentação vinculada.

Não há dúvidas de que, para modificar as conclusões adotadas no acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido, conforme a fundamentação desenvolvida na decisão embargada, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria já analisada fundamentadamente na decisão embargada, *máxime* a existência de recurso cabível na seara processual.

Ademais, o recurso integrativo não é servil à aplicação de entendimento que, segundo a ótica da parte embargante, deveria guiar ou conduzir a solução do litígio.

Nesse sentido: EDcl no AgInt na Rcl 17.207/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 27/11/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora